



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO**

**PREGÃO ELETRÔNICO nº 06/2022**

**OBJETO:** Contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em elevadores de passageiros e de carga para o prédio do TRT da 3ª Região, localizado na Av. Getúlio Vargas, 225

**IMPUGNANTE:** TK Elevadores Brasil Ltda.

## **1. RELATÓRIO**

*TK Elevadores Brasil Ltda*, CNPJ 90.347.840/0007-03, apresentou **IMPUGNAÇÃO** ao Edital em epígrafe, requerendo a revisão de cláusulas diversas do instrumento convocatório, sobretudo no que tange à garantia contratual, à periodicidade das manutenções dos elevadores, ao manutenção do técnico residente, ao prazo de garantia dos serviços e ainda, no que se refere à dosimetria nos percentuais das multas contratuais.

A Secretaria de Gestão Predial, unidade técnica/demandante da presente licitação, manifestou-se acerca das alegações da impugnante.

É o relatório.

## **2. ADMISSIBILIDADE**

### **2.1 – Tempestividade**

O art. 24 do Decreto 10.024/2019, regente da presente licitação, dispõe que “*Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até **três dias úteis** anteriores à data fixada para abertura da sessão pública*”.

No presente caso, a abertura das propostas foi designada para o dia 26/05/2022, às 13h00, e a impugnação foi apresentada por intermédio de correspondência eletrônica enviada em 23/05/2022 às 16:46h, sendo, portanto, tempestiva.

## **3. MÉRITO**

### **3.1 Da Garantia Contratual**

A impugnante se insurge com o prazo estipulado de 10 (dez) dias para apresentação de garantia contratual informada no edital, no subitem 9.6, conforme se expõe:



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO**

*9.6. A CONTRATADA deverá prestar garantia contratual de 5% (cinco por cento) do valor global do contrato, nas modalidades previstas no art. 56 da lei nº 8666/93 em até **10 (dez) dias úteis** após início do período contratual. Caso seja adotada a modalidade “caução”, e a mesma não seja utilizada, o valor será devolvido em até 30 (trinta) dias corridos após o recebimento definitivo da última parcela dos serviços. grifou-se*

Aduz que, o prazo para apresentação da garantia é reduzido, podendo ser inexecutável para a licitante vencedora do certame, dependendo da modalidade escolhida e sugere a concessão de 30 (trinta) dias a contar da assinatura do contrato.

A esse respeito, a Secretaria de Gestão Predial - SEGPRES, unidade demandante e gestora do contrato, assim se manifestou:

*“A apresentação da Garantia Contratual deve ser em até 10(dez) dias corridos **após o início do período contratual**. Consideramos o prazo suficiente para providenciar o documento. Em todo caso, caso haja atraso na prestação da Garantia Contratual por motivo alheio à vontade da CONTRATADA, desde que devidamente justificado, o prazo poderá ser revisto pela fiscalização. Diante disso, **rejeita-se o pedido de impugnação deste item**”*

Diante da expertise da área demandante, que fiscaliza contratos dessa natureza, não há nenhuma alteração a ser feita.

### **3.2 Da Periodicidade das Manutenções**

Alega a impugnante, que a manutenção preventiva solicitada no Termo de Referência integrante do edital onera os custos da proposta a ser apresentada, porquanto aumenta o valor para a empresa a ser contratada, por solicitar que a manutenção seja feita, tantas vezes quantas necessárias (menciona o item 7, letra a do Termo de Referência), sugerindo que a manutenção seja feita mensalmente.

A Secretaria de Gestão Predial - SEGPRES, unidade demandante e gestora do contrato, manifestou-se da seguinte forma:

*“A alegação de que a manutenção preventiva diária elevará os custos da contratação é errônea. A manutenção preventiva visa, acima de tudo, reduzir os custos relacionados à falha de componentes e à indisponibilidade dos equipamentos. Uma vez que a contratação prevê a alocação de Técnico Residente, não há que*



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO**

se falar em elevação de custos com as manutenções preventivas diárias. As manutenções preventivas diárias farão parte da rotina de trabalho do técnico. Diante disso, **rejeita-se o pedido de impugnação deste item**

Veja-se a Letra a, item 7, do Termo de Referência, mencionada pela impugnante:

**7. HORÁRIOS E PRAZOS PARAAS MANUTENÇÕES**

7.1. O atendimento à manutenção dos elevadores (preventiva e corretiva) deverá ser realizado conforme disposições abaixo.

a) A manutenção preventiva nestes elevadores deverá ser realizada diariamente durante o horário de expediente do profissional residente

Denota-se que, de fato, a manutenção preventiva fará parte da rotina de trabalho do técnico residente, portanto, as visitas técnicas não implicarão elevação de custos, não se havendo falar na alteração do item.

**3.3 Da Manutenção do Técnico Residente**

A impugnante refuta igualmente a manutenção de técnico residente alegando oneração da proposta a ser apresentada, por entender prescindível e dispendioso.

Cita os itens 6.3 e 6.4 do Termo de Referência, veja-se:

*6.3. A CONTRATADA deverá disponibilizar técnico residente durante um período de 8 (oito) horas diárias, de segunda a sexta feira, nos dias em que houver expediente neste Regional, na capital. O horário será acordado com a fiscalização. Não estão contabilizados neste período o horário de almoço do profissional.*

*6.4. Do Técnico Residente:*

*a) O profissional mencionado deve possuir experiência comprovada através de registro na Carteira de Trabalho e Previdência Social de no mínimo de 06 (seis) meses na atividade de manutenção em elevadores.*

*b) Possuir habilidades nas áreas mecânica, elétrica e operacional de elevadores. A habilidade nas referidas matérias será verificada pela fiscalização durante a execução dos trabalhos, podendo, a FISCALIZAÇÃO, a qualquer momento exigir a troca do técnico residente que não possua as qualificações requeridas, a substituição deverá ocorrer em até 15 (quinze) dias corridos.*

*c) A indicação do profissional deve ser feita até a data de início do contrato e deverão ser encaminhados à fiscalização certificados de*



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO**

*treinamento do profissional para verificação inicial da capacitação técnica nas áreas mencionadas*

Consultada, Secretaria de Gestão Predial - SEGPRES, unidade demandante e gestora do contrato, esclareceu:

“Os equipamentos estão localizados no prédio sede deste Regional e, como forma de garantir elevada disponibilidade dos equipamentos, haja vista que são apenas 3 (três) equipamentos para uma demanda elevada, é condição necessária a presença de técnico residente. Tal medida proporciona uma boa prestação aos jurisdicionados, garantindo a eficiência no funcionamento e o menor tempo de equipamento parado. Diante disso, **rejeita-se o pedido de impugnação deste item**”

A equipe técnica entende que a melhor prestação aos jurisdicionados será por intermédio da manutenção predial diária, assistida pelo técnico residente, não se havendo falar em exclusão do profissional da contratação.

### **3.4 Da Garantia dos Serviços**

Alega a impugnante que, não há como uma fabricante de elevadores estender a garantia de um equipamento após a finalização de seu contrato e que o subitem 16.1 do Termo de Referência solicita, no mínimo, 06 (seis) meses de garantia dos serviços prestados, conforme abaixo:

#### **16. GARANTIA**

16.1. A CONTRATADA deverá dar garantia mínima para os serviços prestados, incluindo as peças e componentes eventualmente substituídos, por um tempo mínimo de 6 (seis) meses, período no qual a CONTRATADA será obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços ou componentes em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

A manifestação da Secretaria de Gestão Predial - SEGPRES, unidade demandante e gestora do contrato, foi no seguinte sentido:

“A contratada deve durante todo o período contratual manter as condições de funcionamento dos equipamentos. Dessa forma, todos os componentes substituídos nos equipamentos, mesmo que seja no último dia de contrato, deve ter sua garantia prestada pela empresa que executou o serviço. A garantia por determinado componente deve ser prestada por aquele que vendeu/forneceu,



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO**

não podendo ser repassada a outra empresa. Diante disso, **rejeita-se o pedido de impugnação deste item**

Deste modo, não há que se falar na alteração do edital, no que concerne à garantia dos serviços.

### **3.5 Das Multas Contratuais – Dosimetria dos Percentuais**

A impugnante discorda também das multas estipuladas no instrumento convocatório, alegando que a soma do valor correspondente a todas as multas de mora pode chegar até o percentual de 20% (vinte por cento) sobre o total do contrato.

*Aduz que “usar o valor global como referência para aplicação de multas de mora se mostra atentatório aos basilares princípios da proporcionalidade e razoabilidade, uma vez que os percentuais aplicados sobre o valor total do contrato é excessivo e altamente oneroso frente a tipificação definida no contrato”.*

Pleiteia a alteração do edital, no sentido de fixar como patamar máximo, multa de 10% sobre o valor da parcela inadimplida.

Relativamente ao tema, a SEGPRE justificou a necessidade de manutenção das multas nos citados patamares, pontuando que:

*Os percentuais são os adotados por este regional e não devem ser alterados. Ademais, a penalização será sopesada de acordo com o caso, podendo ser aplicada em percentual até aquele especificado, podendo, portanto, ser inferior. Diante disso, **rejeita-se o pedido de impugnação deste item.***

Com efeito, o subitem 19.1 do edital estipula que:

*“19.1. A Administração poderá, garantida ampla e prévia defesa, aplicar à CONTRATADA, **segundo a extensão da falta cometida**, as seguintes penalidades.*

I. Penalidades aplicadas baseadas no Acordo de Nível de serviço (Anexo I e capítulo 11) deste Termo.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO**

II. Multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso calculada sobre o valor mensal da contratação (1/12 do valor do contrato), cabível nos casos de atrasos injustificados de até 30 (trinta) dias, no cumprimento de qualquer dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência.

III. Multa por inexecução parcial do contrato de até **15% (quinze por cento)**, calculada sobre o valor mensal da contratação (1/12 do valor do contrato), a ser aplicada no atraso injustificado superior a 30 (trinta) dias, em substituição à penalidade prevista no subitem anterior, ou por indisponibilidade do técnico residente em qualquer período.

IV. multa por inexecução contratual parcial de até **15% (quinze por cento)**, calculada sobre o valor total do contrato, conforme a gravidade da infração, cabível nas demais hipóteses de inexecução contratual;

V. multa de até **20% (vinte por cento)** sobre o valor total do contrato, na hipótese de a CONTRATADA, injustificadamente, desistir do Contrato ou der causa a sua rescisão.

Deste modo, conclui-se que há proporcionalidade na aplicabilidade das penalidades, não se havendo falar em alteração do edital, no que concerne à dosimetria das penalidades e multas.

#### **4. CONCLUSÃO**

Ante o exposto, resolve a Pregoeira receber e conhecer da impugnação oferecida por TK Elevadores Brasil Ltda. por tempestiva, e, no mérito, desprovê-la, nos termos da fundamentação supra, levando em consideração também os termos do parecer emitido pela unidade técnica/demandante, o qual adoto em sua integralidade, fazendo parte deste *decisum*.

Mantida a data de abertura do certame.

Remeta-se cópia desta decisão, por meio eletrônico, à impugnante, disponibilizando-a e publicando-a no sítio eletrônico deste Tribunal.

Belo Horizonte, 25 de maio de 2022.

Cláudia Sturzeneker Cypreste  
Pregoeira